Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO E CORREIO SERRANO

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA

Divulgação/Câmara dos Deputados

Deputada federal Erika Hilton

Lei de proteção aos refugiados climáticos

A deputada federal Erika Hilton apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de lei dos Refugiados Climáticos, que cria uma política de proteção às pessoas deslocadas por conta de eventos climáticos extremos. O projeto se baseia na experiência atual do Rio Grande do Sul em que as famílias precisam se mudar por não haver mais a possibilidade de residir ou retornar para o seu local de origem. Além da necessidade de mudança devido ao risco imediato, existem aqueles que não conseguem mais voltar por causa do trauma provocado pela tragédia. Um exemplo é Petrópolis, em que muitas pessoas sobreviventes da tragédia de 2022 migraram para outras cidades que oferecem menor risco climático.

Semana de enfermagem

"Rompendo Bolhas - Unindo Forças para uma Enfermagem Resiliente e Inovadora" é o tema da XXIII Semana de Enfermagem do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE), que será realizada nos dias 14 e 15 de maio no campus da instituição, na Avenida Barão do Rio Branco. As inscrições para o evento já estão abertas e devem ser feitas no site da instituição. Aberto à participação de estudantes de outras instituições de ensino, o evento abordará temas atuais e necessários à profissão, incluindo a inteligência artificial e o empreendedorismo na Enfermagem.

Divulgação/PC&VB

Reunião com empresários em Itaipava, Petrópolis

Empresários cobram solução para o trânsito de Itaipava

O Petrópolis Convention & Visitors Bureau reuniu empresários e entidades na noite desta terça-feira (07), em Itaipava, para um encontro com secretarias da prefeitura. Em pauta, uma cobrança pontual: melhorias no trânsito no distrito, um dos pontos de maior atração de turistas na cidade, assim como intervenções em localidades como Corrêas e Nogueira.. O pedido reforça os dias em que são realizados eventos no Parque de Exposições, mas foca no dia a dia do morador e dos empresários, incluindo os do comércio, que vêm sendo prejudicados com falta de investimentos e ordenamento. A CPTrans que seria a peça chave para dar andamento às reivindicações, não compareceu.

Licença-paternidade

A Câmara aprovou na sessão desta quarta-feira (08), uma indicação legislativa que pede o aumento da licença-paternidade dos servidores públicos do município de Petrópolis para 30 dias corridos, a contar da data de nascimento do filho. Atualmente, o benefício é de apenas oito dias corridos. "As mães e os pais possuem os mesmos deveres nos cuidados com os filhos. O aumento da licença reforça a presença paterna no primeiro mês do bebê", disse o autor do projeto, vereador Gil Magno. A indicação segue para a avaliação do Poder Executivo.

Festa de São Pedro

Nesta terça-feira (07), a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei que inclui a Festa de São Pedro, da Paróquia de Pedro do Rio, no quarto distrito, no calendário oficial do município de Petrópolis. A proposta, de autoria do vereador Junior Paixão, é que o evento seja comemorado anualmente no dia 29 de junho, data em que a Paróquia de São Pedro celebra a festa de seu Padroeiro, o Apóstolo São Pedro.

Gasto milionário com cargos inconstitucionais

Briga na Justiça para manter cargos derrubados por Lei Federal

Por Gabriel Rattes

Reprodução/TV Correio da Manhã

Cargos jurídicos comissionados começaram a serem contratados em 2014

O Correio Petropolitano mostrou recentemente a situação da folha de pagamento do gabinete do prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, que durante sua gestão reduziu significativamente o número de cargos concursados e aumentou os vencimentos dos concursados. A prática, de priorizar cargos indicados, não é exclusividade do gabinete. A Procuradoria Geral do Município, atualmente, tem apenas oito concursados e 39 cargos jurídicos escolhidos pelo prefeito e aliados. A problemática foi levada à Justiça que, em 2022, considerou estes cargos jurídicos inconstitucionais. A prefeitura recorreu, e enquanto o processo está em tramitação, já acumulou na folha de pagamento mais de R$ 4,5 milhões a estes cargos considerados inconstitucionais

Entre outubro de 2022 a junho de 2023, 39 cargos inconstitucionais, entre cargos em comissão e funções gratificadas, estavam ativos e recebendo salário. Em um recorte de junho de 2022 (período em que foram extintos tais cargos por Lei Federal) até abril de 2024, já foram gastos mais de R$ 4,5 milhões pelo Município em cargos considerados inconstitucionais.

O processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio trata-se de uma representação por inconstitucionalidade (RI) ajuizada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro contra o Município de Petrópolis. Em um documento datado no dia 22 de junho de 2022, foi afirmado que existiam apenas dez cargos de carreira na Procuradoria Municipal em Petrópolis. "Em contrapartida, os cargos de provimento comissionado na área jurídica, com atribuições de representação judicial ou consultoria jurídica, alcançam o elevado quantitativo de 42, segundo os dispositivos legais impugnados", enfatiza um trecho do processo.

Algumas leis municipais, que criaram estes cargos, e que estão em vigência em Petrópolis são mencionadas no processo como inconstitucionais, entre elas: Lei Municipal nº 7.200/2014; 7.510/2017; e 7.512/2017. De acordo com a Procuradoria do Estado, a Lei Municipal de número 7.200/2014 fere a constitucionalidade por prever diversos cargos comissionados e funções gratificadas que integrariam o quadro de pessoal, incluindo procuradores adjuntos setoriais, assessores jurídicos e chefes de divisões internas.

"Estes cargos, entretanto, possuíam atribuições de consultoria jurídica e representação judicial do Município, próprias de Procuradores Municipais, cujo ingresso na carreira depende, necessariamente, de aprovação em concurso público", explica a Procuradoria do Estado.

Decisão

Segundo o advogado e ex-Procurador de Petrópolis, Marcio Nascimento, atualmente o Governo Municipal conta com apenas oito procuradores de carreira (escolhidos através de um concurso público). Outros 39 são cargos em comissão ou funções gratificadas vinculadas à Procuradoria. "Essa ação pode acabar gerando um passivo muito grande para o município. Já faz quase dois anos que esses cargos se tornaram inconstitucionais por lei. Pode ser que em algum momento dessa RI eles devam ressarcir todo o valor que essas pessoas estão recebendo", disse.

Em junho de 2022, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Benedicto Abicair, decidiu parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade dos cargos: Procurador Adjunto de Contencioso; Procurador Adjunto Administrativo; Procurador Adjunto do Contencioso Especial da Fazenda Pública; Procurador Adjunto do Contencioso da Dívida Ativa; Assistente Jurídico; Chefe da Divisão Adjunta de Contencioso; Chefe da Divisão de Cobrança Amigável da Dívida Ativa; Chefe da Divisão de Cobranças Judiciais; e Chefe da Divisão de Inscrição da Dívida Ativa.

"[...] as atividades atribuídas aos cargos mencionados coincidem com aquelas exclusivas da função de Procurador Municipal. Assim, a legislação petropolitana não observou a regra constitucional ao permitir que servidores ocupantes de cargos providos em comissão e funções gratificadas exercessem atividades puramente profissionais, que demandam formação técnica específica, típicas e privativas de Procuradores do Município - providos mediante concurso público", disse a Procuradoria-Geral do Estado.

O advogado Márcio Nascimento explica também que ter cargos concursados em um governo, garante mais transparência e segurança para a população. "Nosso objetivo não é acabar com o cabide de emprego dos governantes. Nós queremos que os procuradores concursados exerçam uma hierarquia maior dentro do governo. Mandei ofício, tentei marcar reunião para tentar resolver e nada", enfatizou.

O que diz a Prefeitura

Em resposta ao Correio, a Prefeitura disse que "a decisão somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado. Foi o que decidiu a Justiça no fim de 2023 (em 1ª instância) e em abril (em 2ª instância), quando negou um pedido de liminar da Associação Nacional de Procuradores Municipais. Esse entendimento da Justiça teve parecer favorável do Ministério Público, que ainda afirmou no parecer que 'não há qualquer indício de que o dinheiro esteja sendo gasto indevidamente' pela Prefeitura com esses cargos", ainda segundo a Prefeitura, obteve decisão favorável face ao agravo interposto pela associação dos procuradores.

Nova frota de ônibus será com empréstimo do Pac Seleções

Por Gabriel Rattes

Reprodução/Redes Sociais

Vice-prefeito Paulo Mustrangi e Secretário André Ceciliano

A Prefeitura de Petrópolis anunciou que receberá R$ 241 milhões do Governo Federal pelo programa PAC Seleções. O projeto aprovado pelo presidente Lula, prevê a renovação de 70% da frota de ônibus da cidade, com 182 ônibus comuns e 30 ônibus elétricos. No entanto, o valor repassado, diferente de outras modalidades do programa, é um empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, que deverá ser pago em um prazo de 20 anos. O benefício que pode ajudar a população neste momento, pode virar uma bola de neve no futuro.

Em abril de 2022, o município já havia solicitado um empréstimo de R$ 100 milhões em razão da tragédia climática que atingiu Petrópolis, esse deverá ser pago até 2032. Em ano eleitoral, o prefeito Rubens Bomtempo deixará mais de R$ 340 milhões em dívidas para as duas próximas gestões.

O Governo Federal anunciou os projetos contemplados pelo PAC Seleções 2023. Realizado nesta quarta-feira (08), o evento foi comandado pelo presidente Lula e pelo ministro das Cidades, Jader Filho. O vice-prefeito Paulo Mustrangi participou da cerimônia representando o prefeito Rubens Bomtempo (que se recupera de uma trombose).

O Novo PAC Seleções investe na aquisição de 2.529 ônibus elétricos, 2.782 Euro 6 e 39 veículos sobre trilhos para renovar a frota e equipamentos do transporte urbano brasileiro, sendo um total de R$ 10,6 bilhões divididos para 61 municípios de sete estados diferentes.

Para Petrópolis, serão direcionados R$ 241 milhões de recursos federais, que virão da Caixa Econômica Federal e deverão começar a ser pagos no ano de 2028, com possibilidade de pagamento em até 20 anos, com uma taxa de juros de 6%. Quanto à forma de execução do valor, a prefeitura ainda não detalhou.

Empréstimo em 2022

Após a tragédia que afetou o município em fevereiro e março de 2022, o prefeito Rubens Bomtempo apresentou dois projetos à Câmara Municipal. Um pedia a autorização para contrair um empréstimo no valor de R$ 80 milhões para execução de obras de prevenção e contenção de encostas. O segundo pedia a autorização para realizar um empréstimo de R$ 20 milhões, para realização de obras viárias. Os dois foram aprovados pela casa. O recurso liberado pela Caixa Econômica Federal em oito parcelas trimestrais, tem prazo de pagamento até o ano de 2032.